

**SOBRE O TERROR MILITAR NO BRASIL:  
LEITURA DO CONTO *O HOMEM CORDIAL*, DE ANTÔNIO CALLADO**

CÍCERO ÉMERSON DO NASCIMENTO CARDOSO<sup>1</sup>  
Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará - CNPq  
(emersoncardoso.cardoso@hotmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho discorre sobre o conto *O homem cordial*, de Antônio Callado, e caracteriza-se pela realização de uma leitura que considera o contexto histórico e sociopolítico do Brasil no período em que impera o regime ditatorial impetrado pelo governo militar, especificamente no primeiro governo após o golpe de 1964. Com a intenção de apontar nessa obra a presença do *terror militar* que acometeu, sobretudo, pessoas que reivindicavam a retomada da democracia e, por isso, eram consideradas subversivas, observaremos como o autor em pauta transpõe para o texto ficcional esse período histórico complexo da política brasileira. Para isso, recorreremos a autores que discorrem sobre esse contexto histórico, como Ronaldo Costa Couto (1998), Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010), Maria Luiza Tucci Carneiro (2014), Evaldo Vieira (2014), também autores que discutem a obra de Antônio Callado, como Silvano Santiago (1993) e Arturo Gouveia (2012), de modo a observar aspectos estruturais que compõem sua contística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terror militar; Conto; Antônio Callado.

**ABSTRACT:** This paper discusses *O homem cordial's*, from Antônio Callado, and is characterized by performing a reading that considers the historical and socio-political context of Brazil in the period in which reigns the dictatorship filed by the military government, specifically in the first government after the coup of 1964. In order to point out this work the presence of the military terror struck, above all, people who demanded the return to democracy and, therefore, were considered subversive, observe how the author in question transposes into this fictional text historical period of Brazilian politics. For this, we will use the authors who talk about this historical context, as Ronaldo Costa Couto (1998), Denise Rollemberg and Samantha Viz Quadrat (2010), Maria Luiza Tucci Carneiro (2014), Evaldo Vieira (2014), also authors who discuss Antônio Callado's work, as Silvano Santiago (1993) and Arturo Gouveia (2012), in order to observe structural aspects that make up his work.

**KEYWORDS:** Military terror; Tale; Antônio Callado.

**RESUMEN:** Este trabajo discurre sobre el cuento *O homem cordial*, de Antonio Callado, y se caracteriza por la realización de una lectura que considera el contexto histórico y sociopolítico de Brasil en el período en que impera el régimen dictatorial impetrado por el gobierno militar en el primer gobierno después el golpe de 1964. Con la intención de apuntar en esa obra la presencia del terror militar que acomete personas que reivindican la reanudación de la democracia y, por eso, eran consideradas subversivas, observaremos cómo el autor en pauta transpone para el texto ficcional ese período histórico complejo de la política brasileña. Para ello, recurriremos a autores que tratan sobre ese contexto histórico, como Ronaldo Costa Couto (1998), Denise Rollemberg y Samantha Viz Quadrat (2010), Maria Luiza Tucci Carneiro (2014), Evaldo Vieira (2014), también autores que discuten la obra de Antônio Callado, como Silvano Santiago (1993) y Arturo Gouveia (2012), para observar aspectos estructurales que componen su contística.

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras e Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa, pela Universidade Regional do Cariri – URCA –, e Mestre em Literatura Comparada – Literatura e Teoria Crítica, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É membro do Núcleo de Pesquisa em Estudos Linguísticos e Literários da URCA e Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará. Este artigo apresenta fragmentos da pesquisa de mestrado realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma leitura do conto *O homem cordial*<sup>2</sup>, de Antônio Callado, e dispõe-se a apontar como este autor, que utiliza um momento específico da história política do Brasil como pano de fundo para sua obra, apresenta o *terror militar* perpetrado por ocasião do regime autoritário vigente no país entre os anos de 1964 a 1985.

Dois são, por excelência, os objetivos desse estudo: 1) observar o contexto histórico que serve de referência ao texto literário criado por Antônio Callado; e 2) realizar uma leitura do conto que constitui o *corpus* de nossa investigação para, dessa forma, compreender aspectos estruturais da contística desse autor.

Segundo Gouveia (2011, p. 47)<sup>3</sup>: “Um texto literário, por mais que se afaste das funções materiais do cotidiano, nasce de relações profundamente enraizadas no cotidiano, na história, nas relações sociais, no convívio cultural”. Por este viés, consideramos pertinente apresentar o contexto histórico do conto em pauta para que, desse modo, possamos observar como situar os acontecimentos dramáticos que caracterizam o que denominamos como o *terror militar*, que assolou o país durante o regime ditatorial.

Gouveia (2011, p. 47) diz que: “Qualquer texto literário, em suma, pressupõe um contexto”. E ele acrescenta, sem deixar de advertir para o perigo da “contextualização excessiva”, que, por ocasião da leitura crítica de uma determinada obra, o contexto deve ser sempre retomado.

Antonio Candido (2010, p. 13)<sup>4</sup>, ao discorrer sobre o estudo da crítica quanto à relação entre a obra literária e o condicionamento social desta, aponta para o fato de que não seria pertinente apoiar-se tão-somente na prerrogativa de que o valor de uma obra estaria condicionada essencialmente à reprodução

---

<sup>2</sup> CALLADO, Antônio. *O homem cordial e outras histórias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

<sup>3</sup> GOUVEIA, Arturo. *A relação texto/contexto. Teoria da Literatura: fundamentos sobre a natureza da literatura e das categorias narrativas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

<sup>4</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

de uma dada realidade, tampouco que esta deveria ser considerada apenas por seus aspectos formais. Candido (2010, p. 14) sugere que, ao investigarmos a *integridade de uma obra*, “só a podemos entender fundindo texto e contexto” de modo que

“tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo”.(CANDIDO, 2010, p.14)

Gouveia (2011, p. 48), que coaduna com a visão proposta por Candido, considera que ao dar “ênfase às construções textuais (frases, figuras, símbolos, cenas, episódios, formas de escrita, ângulos de visão entre outros)” amplia-se a compreensão do leitor sobre o “dado externo a que deve recorrer para entender com mais propriedade a obra artística”.

O contexto histórico do conto *O homem cordial*, como já antecipamos, é o período sociopolítico do Brasil que esteve sob domínio de militares que empreenderam, apoiados em discursos de libertação do povo contra a iminente “ameaça” do comunismo, e de uma suposta restituição da democracia, um golpe de Estado, em 31 de março de 1964.

A partir dessa data emblemática, instaurou-se no país um regime militarista que, por vinte e um anos, comandou com mãos de ferro a política nacional. Este regime, reconhecido como uma ditadura, instiga estudiosos que buscam compreendê-lo em sua complexidade. Segundo Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010, p. 22)<sup>5</sup>: “Compreender o que é uma ditadura, como a sociedade se comporta, frente à sua instauração e permanência, legitimando-a ou não”, caracterizou-se como um desafio para pesquisadores da área de humanas.

---

<sup>5</sup> ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Trad. de Maria Alzira Brum Lemos e Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Com a intenção de definir a ditadura militar, Vieira (2014, p. 13)<sup>6</sup>, que faz uma breve explanação sobre os destaques do governo de cada um dos presidentes militaristas em sua obra, afirma que:

Como organização política, a ditadura é desempenhada por uma pessoa (caso da ditadura de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, em geral conhecida como ditadura cesarista) ou pequeno grupo de pessoas (caso da ditadura militar de 1964 a 1985), que controla todas as instituições sociais, de forma discricionária e completa, sem partido e sem ideologia definida.

Se em algum momento da história houve hesitação em dizer que a ditadura de fato existiu no país, Couto (1998, p. 33)<sup>7</sup> dissipa esta hesitação ao dizer que “acima de aparências ou correções efetuadas, houve mesmo ditadura. Todo o tempo. Mais ou menos rígida ou repressora ou autoritária”. Ele afirma ainda que o “poder real manteve-se sempre em mãos militares, apesar da sobrevivência formal de instituições e mecanismos democráticos, mais ou menos desprestigiados”.

Para Couto (1998, p. 41), a ditadura caracterizou-se como:

Um ciclo politicamente marcado pelo autoritarismo militar, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão policial, censura à imprensa, controle casuístico do processo político, esvaziamento do Poder Legislativo, limitação do Judiciário e domínio arbitrário do Poder Executivo.

A ditadura militar foi implantada, como atestam os diversos estudiosos que discorrem sobre o assunto, pela destituição do então presidente João Goulart que foi empossado, em 1961, quando preponderava no país um sistema governamental parlamentarista.

Após plebiscito, realizado em 1963, o Brasil voltou ao sistema presidencialista e João Goulart continuou seu mandato. Sob forte oposição de uma direita conservadora, de intelectuais que viam nele a continuidade do governo getulista, da sociedade civil que via o comunismo aproximar-se por

---

<sup>6</sup> VIEIRA, Evaldo. *A ditadura militar: 1964 – 1985 (momentos da República brasileira)*. São Paulo: Cortez, 2014.

<sup>7</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.



meio de suas ideias de reforma agrária, e dos militares – que contavam com o apoio dos EUA –, João Goulart foi deposto, em 31 de março de 1964.

Entra em cena, desse modo, o general Humberto Castelo Branco de Alencar – que foi presidente de 1964 a 1967 –, cujo governo serviu como pano de fundo para os acontecimentos apresentados no conto sobre o qual discorreremos.

Segundo Couto (1998, p. 39), o governo de Castelo Branco caracterizou-se como um governo “forte, lastreado na intervenção militar” e cuja base foi “a austeridade administrativa, a realização de reformas econômicas e institucionais”. Ele ressalta, também, que Castelo Branco pretendia realizar intervenção militar breve e “vencer a crise econômica, criar condições para o relançamento da democracia a curto prazo”. O que ocorreu, no entanto, foi o prolongamento desse governo cujo saldo, conforme Vieira (2014, p. 38) expõe, impressiona:

Em relação à democracia, Castelo Branco se limitou apenas a palavras. Entre 1965 e 1966, ele baixou três atos institucionais, 36 atos complementares, 312 decretos-leis, 19.259 decretos, além de onze propostas de emendas constitucionais enviadas ao Congresso Nacional, sem contar o projeto de reforma global da Constituição. Com Castelo Branco, ocorreram 3.747 atos punitivos, com uma média de mais de três por dia.

O conto *O homem cordial* foi publicado originalmente em 1967 – ano em que Castelo Branco era presidente da República. Neste contexto propenso a hesitações e temores Antônio Callado insere suas personagens. Isto pode ser comprovado no trecho do conto que constitui nosso *corpus* (CALLADO, 1994, p. 21, *grifo nosso*)<sup>8</sup> em que Jacinto – o protagonista – presencia uma manifestação de estudantes: “Jacinto foi subindo a rua pela calçada, depois mergulhou entre os estudantes que berravam abaixo a ditadura, abaixo Castelo, abaixo as anuidades escolares [...]”. Antes de iniciarmos leitura mais pormenorizada do conto mencionado, façamos uma breve explanação acerca

---

<sup>8</sup> A partir daqui, ao referirmo-nos ao conto *O homem cordial* apresentaremos apenas o número da página.

da contística de Antônio Callado, e sobre o que poderíamos denominar como *terror militar*, o que constitui nossa categoria analítica.

## A CONTÍSTICA DE ANTÔNIO CALLADO E O TERROR MILITAR

Romancista, dramaturgo, contista e jornalista, Antônio Callado obteve, sobretudo com a publicação da obra *Quarup* (1967), o reconhecimento do público e dos críticos literários embora, como afirma Gouveia (2012, p. 10)<sup>9</sup> em denso estudo sobre a violência do governo militar pós-64, presente nas obras *Quarup* e *Bar Don Juan*: “No que concerne especificamente à obra de Antônio Callado, não é exagero dizer que sua fortuna crítica ainda é muito insuficiente”.

A propósito das características da obra de Antônio Callado, especificamente sua obra romanesca, Lígia Chiappini Moraes Leite (1982, p. 104)<sup>10</sup> aponta para o fato de que “se Antônio Callado pode ser representativo do projeto nacional e popular, definido e redefinido continuamente pelos artistas e intelectuais brasileiros, sobretudo a partir de 1960”, ele apresenta, também, desde o início de sua incursão pela literatura, “implicitamente, nas redes de suas histórias, feitas de morte e ressurreição [...], a suspeita de que o nacional popular” é “mais uma aspiração do que uma possibilidade”. Esta afirmação, que se refere aos romances desse autor, pode ser aplicável ao conto que discutimos a seguir. Essa obra apresenta um olhar crítico em relação à visão que alguns concebem em se tratando dos valores identitários nacionais: em busca de afirmar o comportamento cordial do povo brasileiro, o protagonista desse conto depara-se com uma conduta antípoda à que ele idealiza. A aspiração ao comportamento amistoso do brasileiro não seria, por este ângulo de visão, possível.

Sobre a obra romanesca de Antônio Callado, deparamo-nos com alguns estudos e análises, o que não ocorre efetivamente com a sua contística. Alguns

---

<sup>9</sup> GOUVEIA, Arturo. *Os ciclos de Mariana* (Literatura e violência pós-64) Tomo II. João Pessoa: Ideia, 2012.

<sup>10</sup> CALLADO, Antônio. *Literatura comentada*. Seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico de Lígia Chiappini Moraes Leite. São Paulo: Abril, 1982.

dos contos compilados na obra *O homem cordial e outras histórias*, como é o caso de *Violeta entre os felinos* e *Dona Castorina de Paissandu*, eram inéditos. Quanto aos contos *O homem cordial* e *Prisão azul*, o primeiro foi publicado na antologia *64 D.C.*, em 1967, e o segundo foi publicado em língua inglesa na antologia *New writing and daylight*, publicada por *The Hogarth Press*, entre os anos de 1943 – 1944. *O último indivíduo da tribo Rondon-Vilas Boas* teria sido publicado em uma das edições da revista *Playboy*.

Antônio Callado (1994, p. 03), em entrevista que consta na edição da obra de contos que utilizamos para nosso estudo, ao ser indagado acerca de sua breve passagem pelo conto, afirma: “O conto para mim é sempre uma roupa apertada. Como contista (bissexto) me controlo para não espichar a história”.

De fato, a assertiva do autor coaduna com a evidente recorrência deste ao romance, gênero que o consagrou, também pela dramaturgia – obra que tem sido retomada e que merece olhares mais atentos, tendo em vista o valor estético que esta detém. Sua contística, portanto, é consideravelmente menos expressiva, do ponto de vista quantitativo, em relação aos demais gêneros a que ele acorreu e tem sido, como percebemos por ocasião de uma rápida busca em *sites da internet*, pouco avaliada.

Nosso trabalho traz em si, desse modo, uma dupla importância: apontar para a contística desse autor de modo a observar criticamente sua estrutura para, por meio de uma apreciação de caráter estético, problematizá-la e observá-la em seus pormenores, além de contribuir com a construção de uma fortuna crítica que vislumbre, em seus aspectos estruturais, esse gênero a que o autor acorreu.

Sobre o livro de contos *O homem cordial e outras histórias*, encontramos uma resenha de Silvano Santiago (1993)<sup>11</sup>. Embora com o teor sintético que caracteriza este gênero, Santiago apresenta alguns aspectos importantes a serem considerados nessa obra. Inicialmente, ele aponta para o fato de que,

---

<sup>11</sup> A resenha realizada por este diz respeito à primeira edição da obra que foi publicada provavelmente em 1993. SANTIAGO, Silvano. *O homem cordial e outras histórias*. In: *Boletim / CESP*, v. 13, n. 16, p. 134 – 136 jul./dez. 1993. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

numa primeira leitura, poderíamos supor que os textos compilados nesta não teriam muito a ver entre si, uma vez que foram realizados em períodos distintos. Santiago (1993, p. 134) afirma, posteriormente, que “uma leitura mais cuidadosa da coleção apresenta um duplo fenômeno que acaba por ser uma das graças do livro”. Santiago, a propósito desse duplo fenômeno mencionado, diz que:

Por um lado, cada conto mantém relação estreita com a obra publicada pelo autor, já que personagens ou temas de cada um deles se aproximam de seres ou temáticas encontrados nos grandes romances. Por outro lado, esta relação entre conto e romance acaba por entretecer um desenho sutil e delicado entre os contos, desenho que é uma réplica da arquitetura que os leitores atentos encontram na “evolução” da obra completa do romancista.

Os cinco contos que compõem essa antologia trazem relações muito próximas com as temáticas abordadas por Antônio Callado em sua obra romanesca. Seja pela observação da sociedade brasileira recortada no momento específico em que prepondera a ditadura militar, seja pelo viés psicológico de personagens cuja interioridade parece refletir o descompasso sociopolítico a que estão submetidas, ou mesmo o conflito advindo das relações tumultuárias que estas vivenciam, Callado desenvolve contos notáveis a partir das temáticas abordadas em cada um deles.

Encontramos, também, sobre o conto *O homem cordial*, um artigo intitulado: *A policialidade durante a Ditadura Militar no conto de Antônio Callado: O homem cordial*, de Filemon Souza (2008)<sup>12</sup>.

Além de tratar-se de um texto problemático por apresentar constantes inadequações do ponto de vista gramatical, esse artigo apresenta uma discussão superficial sobre a obra de Callado com afirmações reducionistas que pouco contribuem para a compreensão do conto sobre o qual ele discorre. Para ficarmos com alguns exemplos, ao remeter-se à contística de Callado,

---

<sup>12</sup> SOUZA, Francisco Filemon Lopes. A policialidade durante a Ditadura Militar no conto de Antônio Callado: O homem cordial. In: RIBEIRO, Danilo Ferreira (org.) *Anais de Evento do XXI Encontro Regional de Estudantes de Direitos e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária: 20 anos de constituição: parabéns! Por quê?*. Crato – CE: Fundação Araripe, 2008. Disponível em: <http://www.urca.br/ered2008>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.



Souza (2008, p. 02) afirma que ele “se desintegra da mesmice na produção de romances”. Dizer que a produção de romances em Callado teria caído numa mesmice, e por isto ele teria recorrido ao conto, não só denota desconhecimento em relação à produção romanesca do autor, como aponta para a visão restritiva com que a produção literária desse autor é considerada no artigo em discussão. Ele parece não estar atento à importância da obra de Callado, seja por seu valor estético, seja por seu pioneirismo em discutir – como é o caso da quadrilogia *Quarup*, *Bar Don Juan*, *Reflexos do Baile* e *Sempre viva* – os problemas ocasionados pelo regime autoritário impetrado pela ditadura militar.

Quanto à análise do conto, Souza restringe-se a desenvolver descrições das personagens e relacioná-las aos conflitos desencadeados pela cerceadora violência com que a polícia procura conter as manifestações que contrariavam o regime vigente – sempre de modo incipiente, ressalte-se. Ele não discorre, por exemplo, sobre o que parece constituir-se como sua categoria analítica: o que ele denomina no título do seu trabalho como “policialidade” durante a ditadura.

Ele deixou de mencionar, nesta perspectiva, que durante as ditaduras de Getúlio Vargas e dos militares, como diz Carneiro (2014, p. 23)<sup>13</sup>, “o Estado procurava evitar que ocorresse uma suposta revolução político-social no Brasil” e que, para “reforçar esta missão, nos dois momentos foi criada uma polícia especial que deveria identificar e coibir reações adversas, armadas ou não, que colocassem em perigo” a segurança nacional.

A propósito da criação dessa polícia, por ocasião especificamente da ditadura militar, Carneiro (2014, p. 23) aponta para o fato de que:

Uma legislação específica para legitimar a repressão foi aprovada em 1935, e voltou a ser invocada na ditadura militar. Ela incluía a Lei de Segurança (LSN), o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e as figuras do Estado de Sítio e do Estado de Guerra. [...] Após o golpe de 1964, as atividades da Polícia Política foram (re)orientadas pelos Atos Institucionais e pela

---

<sup>13</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Quando um país se apequena. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 103, p. 22 – 25, abr. 2014.

outorga da Constituição de 1967 que, no seu conjunto, (re)instalaram o Estado de Segurança Nacional. Criou-se também uma rede de informações de combate à subversão, preconizada pela “Doutrina de Segurança Nacional”.

Criava-se, portanto, a lógica militar de segurança nacional que prendia, torturava e assassinava em nome da manutenção da ordem, do bem-estar e do crescimento econômico da pátria. Essa mesma lógica instigou o desenvolvimento das atrocidades que o *terror militar* instaurou no país.

Partimos do pressuposto de que esse terror tornou-se a marca por excelência desse período, sobretudo quando o assunto é a prática de torturas direcionadas aos considerados “subversivos”. Um documento realizado pela Arquidiocese de São Paulo, entre os anos de 1979 e 1985, intitulado como projeto *Brasil: Nunca Mais* (2011)<sup>14</sup>, apresenta a que grau de torturas muitos brasileiros foram submetidos por não se submeterem às práticas do governo em vigência na época. Este projeto caracterizou-se pela análise de documentos criados por militares envolvidos na ação repressiva e, a partir deles, foi apresentada uma obra que aponta as arbitrariedades dos militares quanto ao tratamento dispendido aos “presos políticos”.

Nos três primeiros capítulos, contidos na primeira parte do documento e cujo título é *Castigo cruel, desumano e degradante*, podemos compreender o que caracteriza o *terror militar* a que nos referimos. Para ficarmos com apenas um exemplo, no segundo capítulo dessa obra – intitulado *Modos e instrumentos de tortura* – observamos uma explanação didática dos instrumentos de tortura criados pelos militares e que, pelos depoimentos apresentados na mesma obra, dimensionam o tratamento desumano rotineiro realizado durante os chamados anos de chumbo da ditadura militar.

Na quinta parte dessa obra (2011, p. 239), intitulada *Regime marcado por marcas da tortura*, podemos observar que: “O emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo

---

<sup>14</sup> *BRASIL: NUNCA MAIS*. Arquidiocese de São Paulo: Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Regime Militar que se implantou em 1964”. Além disso, esse documento (2011, p. 270) nos dá a saber que a tortura:

Obedeceu a critérios, decorreu de planos e verbas e exigiu a organização de uma infraestrutura que ia desde os locais adequados à prática das sevícias, passando pela diversificada tecnologia dos instrumentos de suplício, até à participação direta de enfermeiros e médicos que assessoravam o trabalho dos algozes.

Várias obras literárias e cinematográficas têm trazido esse período nefasto da história política brasileira como pano de fundo. Antônio Callado, como já foi exposto, tornou-se pioneiro quanto à discussão da ditadura por meio da arte literária. Observaremos, em seguida, como esse contexto histórico foi retomado no texto literário produzido por esse autor.

### **SOBRE O CONTO *O HOMEM CORDIAL*, DE ANTÔNIO CALLADO**

O título do conto *O homem cordial*, como é apontado pelo próprio narrador do texto, alude à expressão (p. 09) “criada por Ribeiro Couto e fixada por Sérgio Buarque de Holanda” na obra *Raízes do Brasil*.

Esse conto é iniciado com um diálogo entre as personagens Jacinto, que é sociólogo, professor de História e que estudara (p. 09) “a formação do povo brasileiro numa série de monografias”, e sua filha Inês, estudante de Filosofia vinculada a grupos de esquerda que faziam oposição à ditadura militar. Desquitado, Jacinto morava com sua filha Inês e mantinha uma relação amorosa com Clara – estudante de Medicina cuja idade se aproximava da idade de Inês.

O primeiro diálogo entre Jacinto e Inês aponta as consequências do governo ditatorial para os intelectuais brasileiros. A casa de Jacinto fora invadida por policiais e Inês, para além de vislumbrar nesta invasão apenas o comportamento arbitrário do militarismo que imperava no país, vê, nessa ação, certo *status* uma vez que isto evidenciaria, perante seu grupo, a legitimação da sua postura esquerdizante.

A tese defendida por Jacinto, de que o povo brasileiro seria dotado de uma cordialidade que o tornaria peculiar, era motivo de críticas e descrédito por parte de acadêmicos, sobretudo porque, como é apresentado ironicamente pelo narrador (p. 09), numa tentativa de resumir essa tese: “Circunstâncias várias haviam criado tão imperativamente no Brasil o tipo de homem cordial que estávamos a caminho de ser o primeiro povo a construir um grande país por meios não-violentos: o primeiro país racional”. Como pensar essa cordialidade, no entanto, com o país sendo vitimado pelo cerceamento da democracia? Jacinto não tivera seu mandato cassado e, em seguida, a casa invadida por policiais do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social?

Percebemos, por parte do narrador heterodiegético, um tom irônico que perpassa inúmeras passagens desse conto. Por exemplo, Jacinto se mantém crédulo quanto à ideia de que o brasileiro tem seu comportamento pautado numa cordialidade que o singulariza, mesmo quando ele sofre a cassação. Ao ser cassado, ele passa a receber ligações de solidariedade – até um general liga para ele e o visita “fraternalmente” – o que endossa sua visão idealizada sobre a cordialidade do brasileiro.

Comprometido em devassar o psicológico da personagem, o narrador, marcadamente irônico, se indaga: “Então não era cordial de vísceras um povo que no seio de uma revolução encontrava meios e modos de se manter amável?”

Ao iniciarmos nossa incursão sobre essa obra, constatamos que a personagem protagonista traz em si uma ideia fixa: por ter escrito obras sobre o povo brasileiro e sua cordialidade ele tenta, de todas as formas, manter a visão idealizada com que apresentou o brasileiro ao produzir suas obras. Será, no entanto, que ao longo dos acontecimentos apresentados no enredo sua visão continuará a mesma? Buscaremos responder, ao concluir essa leitura, que mudanças de cunho ideológico essa personagem evidenciará.

Começemos por observar que Jacinto fora cassado por ter manifestado solidariedade aos professores demitidos por serem comunistas, embora ele não fosse comunista. Ele afirma, porém, que seu protesto tinha mais a ver com a postura adotada pelos militares, que teriam fugido da “doçura do



temperamento brasileiro”, do que pela demissão dos professores propriamente dita.

Em diálogo entre Jacinto e Clara, ela cita a expressão “esquerda festiva”. Jacinto se chateava com tal expressão direcionada à esquerda, mas encontrava nela a possibilidade de, mais uma vez, afirmar sua tese, como é exposto pelo narrador (p. 14): “Por que não seria festiva a esquerda? Por que razão? Que mal havia em abrasileirar as ideias e instituições? E, sobretudo, se houvesse dinheiro para isto, por que não discutir a revolução bebendo uísque, ora bolas”.

Em seguida, Jacinto traça o perfil da esquerda brasileira, ocasião em que reforça sua visão idealista e equivocada (p. 14) ao dizer que “a esquerda está fazendo obra de diplomacia, encolhendo as próprias garras para buscar contatos com as outras áreas, armando uma rede em que acabarão por tombar esses pobres “revolucionários” desastrados”.

Afirmando mais uma vez que o brasileiro deveria manter seu comportamento cordial, Jacinto diz que: “Não se derruba gorila rugindo e batendo no peito, feito gorila. Há gente aí disposta a chegar até a luta armada contra o governo. Asneira. Uma loucura. É nos transformarmos em gorila”.

Clara, porém, tenta alertá-lo da gravidade do problema político que assola o país, e de sua perceptível alienação quanto a este fato, quando lhe diz (p. 15) que tem medo da sua “distração, da sua confiança na bondade de todo mundo”.

Metódico, embora tentasse não sê-lo de todo, Jacinto é esquadrinhado psicologicamente pelo narrador numa ocasião em que ele se encontra sozinho em sua casa – no mesmo momento Inês se reúne no quarto com seus amigos “manifestantes” e Jacinto busca controlar sua insatisfação.

Isto o faz refletir sobre uma série de ideias, como nos aponta o narrador (p. 16) sobre sua certeza de que: “Estava pronto a defender seu ponto de vista contra quem quer que fosse e a levá-lo aos extremos que fossem necessários”. Segundo ele, e isto nos é dado saber pelo narrador: “Na raiz do comportamento individual descuidado e criador de tensões pode ser

encontrado o germe de males enormes. Até guerras, no fim das contas, podem se formar na deterioração dos bons hábitos, na falta de horários”.

Posteriormente, ao pigarrear contendo-se em seu mau humor, depara-se com parte de um capítulo do seu novo trabalho cujo título, mais que patético, era *Doçura nos regimes escravocratas*. A partir daí ele passa a preocupar-se com o que ele denomina *democracia racial brasileira* – o que reforça o quanto seu comportamento mostra-se marcadamente alienado – e passa a refletir sobre o fato de que, embora “escuro de pele”, nunca sofrera qualquer preconceito ou discriminação sequer advindas dos seus inimigos. Ele, mesmo com o exemplo da foto de sua avó, que os familiares diziam ser uma índia, e não uma negra, embora as evidências mostrassem o contrário, prefere supor que existiria, também, uma “cordialidade racial”.

O diálogo que se segue, entre Jacinto e Inês, consiste no fato de que Inês diz ao pai que os estudantes universitários também estavam a sofrer cassações por protestarem contra o governo – ela menciona a Lei Suplicy, ou seja, a Lei 4.464, de 09/11 de 1964, que ficou assim conhecida por ter sido idealizada pelo Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda que, como consta na obra *Brasil: Nunca Mais* (2011, p. 155), tentava “extinguir a UNE e substituí-la por um Diretório Nacional dos Estudantes, atrelado às autoridades do Regime”. Esta lei consistia, portanto, na proibição de atividades políticas por parte dos estudantes.

Inês e seus companheiros reuniam-se clandestinamente, ação comum entre os estudantes que se viam tolhidos em decorrência da Lei Suplicy, e maquinavam manifestações contra as arbitrariedades que o recente governo já evidenciava.

Enquanto conversavam a este respeito, Jacinto lembrou-se de que havia um termo grego para denominar a chamada “suspensão dos direitos civis” – ele apresenta inúmeros termos na tentativa de encontrar o termo que ele supõe adequado: *atonía, astenia, abulia, afasia, afemia, aerofagia, anistia, anorexia e eunomia*. Ao listar tais palavras, ele chega à palavra *atimia*. Esta, como poderemos constatar na sequência de nossa leitura, caracteriza-se como determinante para compreendermos o aspecto comportamental de Jacinto.

O diálogo entre pai e filha aponta para a discrepância de pensamento, e engajamento político, que ambos vivenciam. Enquanto Inês se vê impelida a repensar a condição pouco animadora do país diante do regime que fora implantado, Jacinto mostra-se, se não de todo apático, descrente do que estava a ocorrer no país. Com sua postura marcadamente idealista, Jacinto tenta contornar o discurso defendido por Inês.

A cena seguinte mostra-o saindo de uma reunião política e dirigindo-se para um café na Avenida com esquina Sete de Setembro. Enquanto tomava café com alguns amigos, como nos expõe o narrador (p. 20): “De repente ouviu [...] os gritos, o tropel na rua. Saiu, como outros, deixando a xícara pela metade”.

No texto podemos constatar duas menções ao mês de setembro. A primeira, corresponde ao mês em que ocorre a manifestação presenciada por Jacinto; a segunda, ao lugar em que ocorre a manifestação – “Rua Sete de Setembro”. Ambas aludem à data em que o Brasil tornou-se politicamente independente de Portugal, e remetem-nos à paradoxal condição do povo brasileiro que, após tantas lutas pela libertação, como podemos confirmar por um passeio pela história política do país, via-se, embora independente, longe de ostentar, de fato, tal independência. Como dizer-se livre um povo que sequer poderia reivindicar seus direitos?

Em meio ao cenário tumultuado que é descrito, o narrador acompanha as angústias de Jacinto que teme por Inês que, provavelmente, estaria envolvida no manifesto que ele presencia, como podemos perceber no trecho (p. 21): “Por cima do açude de capotas de todas as cores e gente de todas as espécies já se abriam como velas nas faixas atrevidas: ABAIXO A DITADURA! E Inês? Inês estaria ali?”

Posteriormente, o temor de Jacinto torna-se mais intenso e ele procura a filha enquanto se vê metido na multidão, como o trecho seguinte nos apresenta (p. 21):

Jacinto foi subindo a rua pela calçada, depois mergulhou entre os estudantes que berravam abaixo a ditadura, abaixo Castelo, abaixo as anuidades escolares e de repente viu Inês, o corpo



esguio, o rabo-de-cavalo. Correu para perto, mas não, não era. Nem mesmo parecida, de cara. Depois outra Inês, na esquina do Rosário, depois outra e em breve Jacinto a cada vez que sentia alívio por ver que não era a filha assim se arriscando e aos berros no meio da rua sentia também algo estranho. Identificou a estranheza quando na esquina percebeu que a polícia desviara para a praça Pio X todo o tráfego que buscava a Avenida e que dali os rapazes e moças não passavam. Tentaram passar, mas os compridos cassetetes de pau saíram das cintas e foram brandidos como látégos buscando primeiro os portadores de faixas, depois os mais afoitos, rapazes e moças se atiravam apenas com gritos e punhos. Sua estranheza é que eram todas Ineses, rapazes e Ineses, rapazes e Ineses.

A descrição precisa, característica da obra de Callado, dá-nos uma dimensão cinematográfica da cena. A linguagem utilizada pelo autor, com períodos curtos e supressões de algumas pontuações e alguns termos, também com a repetição de consoantes que dotam a cena de intensa aliteração, comprovam isto. Percebemos na cena, desse modo, a recorrência das consoantes oclusivas linguodentais /t/ e /d/, e oclusivas bilabiais /p/ e /b/, além da recorrência da consoante líquida vibrante velar /r/<sup>15</sup>, sugestivas, por exemplo, do barulho dos passos, do excesso de movimento e das pancadas violentas efetivadas pela polícia contra os estudantes. A confusão descrita parece acompanhar também as hesitações, imprecisões e o conflito interno da personagem protagonista que, por buscar sua filha, e confundi-la com diversas moças que participam do manifesto, termina por envolver-se no conflito não só pragmática, mas afetivamente. Ao tentar encontrar a filha, na ilusão de que poderia protegê-la contra a ação cruel da polícia, Jacinto termina por identificar a filha em moças que ele sequer conhecia, mas que sofriam pela ação truculenta de policiais subordinados à “não” cordialidade do governo militar.

Percebemos, portanto, Jacinto aturdido não só pela sensação de que sua filha poderia sofrer os ataques contundentes da polícia, mas por constatar que (p. 22) o “povo que descia a Avenida não estava bestificado” ante a bravura dos jovens manifestantes; ao contrário, “os mais velhos [...] espiavam das calçadas com um estranho fascínio” sem, contudo, fazer nada para

<sup>15</sup> BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.



proteger os jovens massacrados pela polícia. Ele não fazia parte, também, desses velhos que nada faziam para reverter o quadro dramático protagonizado por jovens indefesos, e antagonizado por policiais armados com cassetetes e gás lacrimogêneo?

Inês e Jacinto reencontram-se, finalmente, em casa. Jacinto pede que Inês não se envolva com manifestações, mas ela, disposta a contrariá-lo, enfatiza que concorda com o tipo de protesto realizado e que não abandonará seus companheiros.

Certo de que “o governo tomaria suas providências para que não se repetisse o degradante espetáculo da Avenida”, e de que o grupo de manifestantes a que Inês pertencia não realizaria tão cedo novos protestos, Jacinto depara-se com a notícia, dada por Clara, de que estourava um conflito entre estudantes e policiais na faculdade de Medicina, e sua filha estava envolvida. Ele vai ao local do confronto em busca de Inês, porém depara-se com um cenário assustador, como podemos constatar no trecho (p. 26): “Era uma cena de guerra, com o aparato militar da tomada das ruas de uma cidade invadida. Os estudantes saíam do prédio da faculdade aos troncos e empurrões e eram enfiados em viaturas da polícia ou em ambulâncias”.

Mais uma vez, para surpresa de Jacinto, ele encontra Inês já em casa, a partir da ligação de Clara, que a havia levado ao hospital e, posteriormente, para casa. A violência policial contra as mulheres tinha uma peculiaridade: costumava-se espancar as moças atingindo-lhes os seios e as nádegas. Foi o que aconteceu com Inês, deixando Jacinto perplexo.

Tínhamos nos indagado se Jacinto, sendo dotado de uma ideia fixa a respeito da cordialidade do povo brasileiro, manteria sua visão idealizada e se, após os acontecimentos apresentados no enredo desse conto, sobretudo envolvendo sua filha, a quem ele devotava imenso afeto, ele continuaria o mesmo alienado e, de certa forma, ingênuo, cujas ideias pareciam convenientes aos ditames do poder militar.

Ao ver sua filha vitimada pela “não” cordialidade – em verdade, uma excedente brutalidade – da polícia (p. 28), “Jacinto estremeceu como se estivesse vendo a cena e como se sentisse a dor no seu próprio peito. Cerrou

os olhos e os punhos, as veias da fronte querendo estourar”. E, em seguida, Jacinto: “Via claramente dentro de si mesmo um Jacinto pronto a assassinar alguém. E talvez a outras coisas? Coisas nascentes. Não se sentia responsável por esses Jacintos novos em folha. Ainda não os conhecia direito”.

Podemos dizer, portanto, que a resposta à nossa indagação está presente no trecho acima exposto: Jacinto, após constatar a que grau de crueldade a polícia submetia sua filha – mas não somente ela, também todos os “rapazes e Ineses” –, depara-se finalmente com a lógica da ditadura militar. Cassar seu mandato, demitir seus colegas de profissão, invadir sua casa e confiscar livros, sancionar a Lei Suplicy e impedir que manifestações ocorressem eram acontecimentos aparentemente toleráveis para a índole “cordial” de Jacinto.

A primeira manifestação que ele presencia o faz constatar – ante a possibilidade de ver sua filha acometida pela truculência dos policiais, momento em que ele é capaz de experimentar profunda empatia ao ver moças, que poderiam ser sua filha, sendo brutalmente espancadas – o quanto ele está equivocado com relação à realidade política brasileira. A confirmação de que sua visão sobre a realidade do país diverge do terror criado pela ditadura militar, no entanto, somente se dá quando ele presencia o confronto entre policiais e estudantes, na faculdade de Medicina, momento em que sua filha é vítima da barbárie do militarismo em voga no país.

Jacinto caracteriza-se como uma personagem peculiar por evidenciar uma considerável mudança de comportamento à medida que a realidade dos fatos revela-se desfazendo, desse modo, a visão acrítica que ele construía para si. Sua tese de que o brasileiro seria um povo cordial não poderia coadunar com o comportamento das pessoas ante o governo ditatorial que os perpassava. Ele abandona, forçado pelos acontecimentos, a visão romantizada que fora construída com relação ao povo brasileiro, pois como poderia ser cordial um povo que, trajando farda militar, tratava de forma truculenta a juventude do seu país? Como poderia ser cordial um povo que via seus jovens serem massacrados sem fazer “nada” para conter tal barbárie? Como poderia

ser cordial um pai que viu sua filha ser agredida em partes íntimas do corpo por esta dispor de consciência política?

Uma das primeiras ações do “novo” Jacinto é decidir-se por pedir Clara em casamento – assumir perante ela que lhe devota imenso afeto, além de assumir para a filha, também para a sociedade, que estima sua amante e que com ela, apesar de ser “desquitado” e mais velho, deseja casar, revela sua evidente mudança de conduta.

No desfecho do conto, como se ainda estivesse a buscar na memória a palavra que corresponderia ao conceito de “suspensão de direitos civis”, ele chega ao termo *atimia*. Este termo seria definido como a *ausência de manifestações afetivas, frequente nos esquizofrênicos*<sup>16</sup>. Como percebemos, esse termo poderia remeter-nos a alguns aspectos comportamentais evidenciados por essa personagem. Em sua ilusão de que a cordialidade do brasileiro jamais poderia ser corrompida pelo regime militar, Jacinto parece ser portador, metaforicamente, de *atimia* – como seria possível perceber a contundência com que os militares agiam sem sensibilizar-se, sem “acordar”, ante o *terror* proporcionado por estes?

O narrador, em sua inquirição psicológica, apresenta-nos um Jacinto introspectivo, capaz de emitir uma frase como a seguinte (p. 30): “Dormindo nos livramos de nós mesmos”. Dormir, neste caso, poderia remeter-nos à visão alienada com que ele via a realidade em que o Brasil estava imerso. Foi preciso passar por experiências de profunda indignação, ante o sofrimento do outro, para que ele pudesse, finalmente, acordar e ver o que de fato estava a acontecer no cenário político nacional.

A palavra *cordialidade*, agora, aparecia-lhe em páginas espalhadas sobre a mesa “viscosa como uma lesma viva fiada entre palavras datilografadas”. Como seria possível, desse modo, manter-se dormindo, iludido, alienado ante realidade tão cruciante? Restou ao “novo” Jacinto, consciente de sua incongruência ideológica, e certo de que havia “fechado os olhos” demais para o contexto sociopolítico em que estava inserido, vomitar

---

<sup>16</sup> DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/atimia>. Acesso: 20 de janeiro de 2015.

sobre os papéis em que escrevera suas ideias inexecutáveis e pouco pertinentes.

## REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

*BRASIL: NUNCA MAIS*. Arquidiocese de São Paulo: Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALLADO, Antônio. **Literatura comentada**. Seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico de Lígia Chiappini Moraes Leite. São Paulo: Abril, 1982.

\_\_\_\_\_. **O homem cordial e outras histórias**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Quando um país se apequena. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 103, p. 22 – 25, abr. 2015.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/atimia>. Acesso: 20 de janeiro de 2015.

GOUVEIA, Arturo. A relação texto/contexto. In: **Teoria da Literatura**: fundamentos sobre a natureza da literatura e das categorias narrativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os ciclos de Mariana** (Literatura e violência pós-64) Tomo II. João Pessoa: Ideia, 2012.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Trad. de Maria Alzira Brum Lemos e Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTIAGO, Silviano. O homem cordial e outras histórias. In: **Boletim / CESP**, v. 13, n. 16, p. 134 – 136 jul./dez. 1993. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.



SOUZA, Francisco Filemon Lopes. A policialidade durante a Ditadura Militar no conto de Antônio Callado: O homem cordial. In: RIBEIRO, Danilo Ferreira (org.) **Anais de Evento do XXI Encontro Regional de Estudantes de Direitos e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária: 20 anos de constituição: parabéns! Por quê?**. Crato – CE: Fundação Araripe, 2008. Disponível em: <http://www.urca.br/ered2008>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

VIEIRA, Evaldo. **A ditadura militar: 1964 – 1985 (momentos da República brasileira)**. São Paulo: Cortez, 2014.

Recebido em: 20/02/2017

Aceito em: 05/10/2017